
RESUMO DA INTERVENÇÃO DE S. EXA. O MINISTRO
DA EDUCAÇÃO
AO CURSO DE DEFESA NACIONAL 1990/1991

Roberto Carneiro

RESUMO DA INTERVENÇÃO DE S. EXA. O MINISTRO
DA EDUCAÇÃO
AO CURSO DE DEFESA NACIONAL 1990/1991

*«As nações todas são mistérios.
Cada uma é todo o mundo a sós.»*
Mensagem — F. Pessoa

1. Michael E. Porter, professor da Harvard Business School, indiscutivelmente um dos mais celebrados autores contemporâneos no domínio da gestão moderna, publicou recentemente um livro intitulado «A Vantagem Competitiva das Nações», fruto de uma extensa investigação de 4 anos sobre os padrões de competitividade de 10 países.

Segundo Porter a prosperidade nacional é criada, resultado de um esforço permanente de inovação e de superação; ela não é herdada, nem é o produto de riquezas naturais. O eixo do sucesso das nações desloca-se, cada vez mais, numa condição de criação e assimilação do conhecimento.

Educação, Investigação e Desenvolvimento Experimental, Formação Profissional, ou seja, os complexos sistemas sociais de gestão do conhecimento e de aperfeiçoamento humano detêm, pois, a resposta estratégica que diferencia as sociedades mais dinâmicas e lhes confere nítida vantagem na competição global em que se encontra mergulhado o mundo moderno. O potencial das nações reside no seu complexo humano e na sua capacidade de realizar obra.

2. Portugal atingiu o último quartel do Século XX com nítidas vulnerabilidades nesta área. Nação de Nações, portadora de uma densidade histórica inigualável, o País viu estagnar as suas instituições educativas e atrofiar os seus centros de liderança humana.

Décadas de desinvestimento na educação desvitalizaram a riqueza humana do país, deixando-o com uma enorme massa de jovens e adultos desprovidos da formação de base indispensável à organização social e produtiva de uma nação forte. Era como se, tendo à disposição uma grande

abundância de diamantes em bruto, deliberadamente se recusasse a sua lapidação, abandonando-se a uma desvalorização num mercado cada vez mais exigente de qualidade.

O custo da não-educação é elevado e os portugueses compreendem-no, actualmente, de forma muito apurada. A tibieza de ontem é o principal estrangulamento de hoje e o factor de bloqueio capital de futuro.

Poder-se-á legitimamente perguntar: se o investimento no factor humano é tão altamente reprodutivo porque é que ele não foi realizado no passado?

Por três razões. Primeiro, porque ele é muito caro e só evidencia benefícios a prazo longo. Segundo, porque o esforço educativo pressupõe uma estabilidade democrática susceptível de suportar a definição de objectivos e estratégias duradouros. Em terceiro lugar, porque o processo de mudança no sistema educativo reveste enorme complexidade e esbarra com o hiper-conservadorismo dos megassistemas sociais cuja cultura dominante é a da ultra-estabilidade.

Daí que, perante os altos riscos envolvidos, a política educativa tenha propendido, normalmente, para a política pública «zero» ou a «não-decisão», adiando definições com elevado preço prospectivo.

3. Os traços marcantes da reforma educativa prosseguida nos últimos anos são conhecidos, assim como o esforço tendente a sacudir o marasmo acumulado por décadas de esperanças frustradas.

Não é este o momento apropriado a uma inventariação exaustiva das medidas tomadas.

Ao nível caracterizadamente estratégico da reflexão proposta convirá, apenas, recordar os três fundamentos doutrinários da reforma que se encontra lançada e em adiantado curso de concretização: a Liberdade, a Identidade Nacional, a Solidariedade.

4. A EXIGÊNCIA DA LIBERDADE.

Esta vertente essencial à noção de desenvolvimento humano que se encontra na raiz do processo educativo compreende:

- a) A implantação de um sistema educativo plural, respeitador da liberdade de aprender e de ensinar, estimulador da diferença e da

livre escolha de modelo educativo, própria à construção da sociedade democrática;

- b) Uma educação aberta aos valores universais que constituem o trajectamento-mestre do edifício civilizacional a que pertencemos e que encontra necessariamente reflexo na nova estrutura curricular, com relevo para a área de formação pessoal e social;
- c) A autonomia da instituição escolar — universitária, politécnica, secundária ou básica — mediante a devolução da mesma às comunidades educativas de referência e a potenciação da diversidade de projectos educativos próprios;
- d) A multiplicação das opções do sistema capazes de propiciar a idêntico valor — formativos — tecnológicos, artísticas, profissionais, emergência de um sistema aberto à oferta de vias alternativas de idêntico valor formativo — tecnológicas, artísticas, profissionais, ou de estudos gerais — e à procura naturalmente diversa e ditada por legítimas preferências vocacionais;
- e) A generalização de uma educação de qualidade e sucesso para todos aos níveis básico (9 anos) e secundário (12 anos), garantes de uma cidadania plena e de uma efectiva base de sustentação educativa para a sociedade do futuro.

5. O segundo eixo doutrinário é O REFORÇO DA IDENTIDADE NACIONAL. Esta preocupação traduz-se numa dimensão da educação que faça sobressair os traços singulares da Lusitanidade e a valorização dos factores de coesão nacional, tais como:

- a) A prioridade total concedida ao ensino e à difusão da língua portuguesa, no plano conjugado de grande desígnio educativo e de irrecusável imperativo ético;
- b) O conhecimento rigoroso e correcto da História de Portugal e a adequada estimulação ao estudo dos Descobrimentos Portugueses;
- c) A divulgação, o estudo e o desenvolvimento do apreço pelos símbolos nacionais, designadamente o Hino e a Bandeira Nacionais, desde os ciclos iniciais de escolaridade;
- d) A disseminação e valorização da cultura portuguesa nos diversos Continentes a que aportou e onde se afirmou como veículo privilegiado de diálogo de povos e nações;

- e) O apoio à investigação nos domínios que contribuam para o fortalecimento da «Mensagem Portuguesa» no Mundo e para a adequada defesa do património de raiz e inspiração lusíada.

6. O terceiro eixo fundamental é o DESENVOLVIMENTO DO SENTIDO DA SOLIDARIEDADE.

Neste plano a educação assume a sua característica radicalmente social e a condição de potente instrumento de realização da equidade e da justiça social. Neste âmbito sobressaem as medidas em áreas como:

- a) O fortalecimento da acção social escolar a todos os níveis educativos: residências, cantinas, bolsas de estudo, apoios materiais diversos, saúde escolar, etc... o PIPSE — Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo —, recentemente avaliado e elogiado pela UNESCO perante a Comunidade Educativa Internacional, libertou uma das mais impressionantes cadeias de entreaajuda humana de que há memória em Portugal;
- b) A justa promoção e valorização de todos os agentes educativos que concorrem para a causa educativa, com especial realce para a dignificação dos professores, a implantação de uma carreira estimulante e a sua formação inicial e contínua;
- c) A efectivação de uma verdadeira dimensão comunitária no ensino através de parcerias alargadas e da motivação à participação de de todos os segmentos da sociedade nas tarefas de criação, gestão, avaliação e controle de escolas;
- d) O fortalecimento das acções de cooperação educacional, nomeadamente com as países que partilham connosco a mesma língua e com as nossas comunidades espalhadas pelo Mundo;
- e) O fomento de acções de discriminação positiva dirigidas em benefício de grupos minoritários: educação especial, educação pré-escolar, educação multicultural e pluriétnica;
- f) O desenvolvimento de métodos educativos e de práticas associativas e desportivas na escola propiciadoras de atitudes de cooperação, de entreaajuda e de voluntariado activo;

- g) A valorização de uma consciência europeia radicada nos pressupostos humanistas e cristãos sobre que assenta a solidariedade da Europa espiritual.

7. Portugal parte para a última década deste Século em circunstâncias anímicas renovadas e com confiança.

A principal motivação para que uma nação vença os desafios que a história lhe coloca são a determinação colectiva, a coesão social e a ambição de se superar.

Determinação colectiva, coesão social e ambição não lhe faltam nos objectivos educativos. A ideia é simples e irrecusável.

O ritmo de expansão do parque escolar, já em velocidade de cruzeiro, tornou viável acreditar-se na total efectivação da escolaridade básica de 9 anos em 1994/95 e na meta de 90% de escolaridade secundária de 12 anos no ano 2000. Do mesmo passo, tornou-se possível projectar para o fim da década a escolaridade de um em cada três jovens portugueses no ensino superior.

Por outro lado, a execução do plano global de reforma curricular e de modernização pedagógica do sistema educativo, acompanhada da generalização dos novos modelos de gestão participada e eficiente dos estabelecimentos de ensino, estarão concluídas em 1994/95, ano em que o edifício escolar português emparceirá, no seu desenho de qualidade, com os mais modernos e desenvolvidos sistemas educativos.

Este esforço nacional significa que Portugal estará finalmente em condições de atingir o ano 2000 no pelotão da frente dos países da CEE em matéria de desenvolvimento educativo. Esta proeza, ao alcance dos portugueses desde que não haja abrandamento do ritmo de reconversão do sistema educativo, permitirá implantar as condições necessárias para que, no primeiro quartel do século XXI, a Nação Portuguesa possa recuperar o seu atraso tradicional perante os seus parceiros europeus em todos os restantes domínios: económico, social, institucional.

Não temos perante nós um sonho mirífico.

Pelo contrário, é uma realidade bem palpável e tangível que se abre à nossa vontade colectiva de agir e de continuar.

Aceitando conscientemente o repto, cultivando uma visão estratégica do futuro, concertando energias sociais e reservas morais, a nossa geração pode fazer de Portugal uma nação com clara vantagem competitiva no concerto das nações.

Nesta justa medida, cumprindo o desígnio da Pátria, teremos encontrado a resposta digna para aquele indeclinável mandato, portentosamente formulado por Leonardo Coimbra: «o homem não é uma inutilidade num mundo feito; antes, é o obreiro de um mundo por fazer.

Lisboa, 11 de Junho de 1991.

Roberto Carneiro
Ministro da Educação